IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

A INEFICIÊNCIA NA APLICABILIDADE DE LEIS CONTRA VIOLÊNCIAS DE GÊNERO: O DESCASO DO ESTADO COM MULHERES NEGRAS E PERIFÉRICAS

Eixo Temático 37

Emily Gabriele Reis da Silva[1]
Pablo Corso[2]
Raquel Furtado Conte[3]

RESUMO

Sabe-se que constitucionalmente todas as pessoas devem ter seus direitos básicos garantidos, a Constituição Federal traz uma legislação robusta quando se fala em direitos humanos, mas arrisca-se dizer que os direitos que são realmente garantidos são os dos homens, as mulheres sofrem cada vez mais. A tentativa de resposta do Estado veio de forma tardia, com a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, por exemplo, enquanto mulheres são mortas por seus companheiros há mais de meio século. De acordo com o Atlas da Violência divulgado pelo IPEA em 2024, as mulheres negras mortas fazem parte de 66,4% do total de homicídios em 2022, a taxa de mortalidade de mulheres negras foi de 4,2 por grupo de 100 mil habitantes, e a taxa de mulheres não negras foi de 2,5, ou seja, as mulheres negras tem 1,7 vezes mais chances de morrerem, o que evidencia a falha na aplicabilidade das leis, elitismo e o racismo estrutural impregnado ainda na sociedade. O sistema machista que impera no país não tem o objetivo de alterar suas leis para que as mulheres deixem de morrer, o Estado precisa ter o controle e principalmente esta é uma forma de exterminar as mulheres negras, que desde a época da escravidão nunca foram consideradas pessoas dignas de qualquer direito. O presente trabalho tem como objetivo problematizar a aplicabilidade de leis elaboradas para prevenir e combater as violências de gênero através de dados estatísticos para demonstrar a sua ineficiência, com ênfase nas violências contra mulheres negras e periféricas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com dados coletados do Atlas da Violência do IPEA e a discussão será permeada à luz dos direitos humanos e estudos de gênero.

[1] Graduanda do Curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul - UCS, bolsista voluntária de iniciação científica do grupo de pesquisa Diálogos Interdisciplinares: Ecofeminismo, Direito Ambiental E Violência De Gênero Contra Mulheres, egrsilva@ucs.br;

[2] Graduando do Curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul - UCS, bolsista de iniciação científica - BIC-UCS, membro do grupo de pesquisa Diálogos Interdisciplinares: Ecofeminismo, Direito Ambiental E Violência De Gênero Contra Mulheres - UCS, bolsista PET-Saúde Equidade no eixo Interseccionalidade, pcorso1@ucs.br;

[3] Pós-Doutoranda em Direito Ambiental da Universidade de Caxias do Sul - UCS. Doutora no Programa de Diversidade e Inclusão Social, Mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). Graduada em Psicologia pela Universidade de Caxias do Sul (1992). Professora Adjunta da Universidade de Caxias do Sul do Curso de Psicologia. Membro do Grupo de Estudos Psicologia e Estudos de Gênero da ANPEPP. É Psicóloga Clínica, e atua nas seguintes áreas: intervenções clínicas e programas de atendimento comunitário, psicologia do desenvolvimento humano, violência e gênero, rfconte@ucs.br.

Palavras-chave: Constituição Federal, Mulheres negras, Violência.

INTRODUÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 tem como principal pilar a dignidade da pessoa humana, que deve ser aplicada sem qualquer distinção, independentemente de raça, classe,cor, religião, sexualidade ou gênero. Com a assinatura da Declaração e mais dois Pactos Internacionais, os Estados foram obrigados a garantir o exercício desses direitos. A Declaração inicialmente se chamava "Declaração Universal dos Direitos dos Homens", no entanto, mesmo com a mudança para "Direitos Humanos", os homens ainda são os únicos cidadãos que têm seus direitos básicos garantidos.

A Constituição Federal de 1988 é a base para o ordenamento jurídico brasileiro, e foi criada após o período da ditadura militar com o objetivo de garantir a democracia e a dignidade da pessoa humana. O caput do artigo 5º diz:

> Art. 5° Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988)

Ainda no parágrafo 3º do mesmo artigo, é vedado o tratamento desumano ou degradante e a tortura, entre outras garantias que a Constituição prevê. Esses são direitos básicos que todo cidadão deveria ter garantido, e ao analisarmos os dados estatísticos no tocante à violência de gênero contra mulheres negras percebe-se que não há garantia de direitos para elas.

A violência de gênero, nada mais é do que toda e qualquer violência sofrida por conta do seu gênero. A violência pode ser manifestada de diversas formas, como a agressão, que pode resultar na morte, a psicológica, simbólica, sexual e patrimonial. Atualmente, quando se fala em violência de gênero, este fenômeno nos remete a violência contra mulher, que hoje são as pessoas que mais sofrem com esta violência.

O Brasil, um país patriarcal e capitalista, tem ainda enraizado e muito evidente o racismo estrutural, fazendo com que a violência de gênero se torne algo ainda mais crítico quando falamos de mulheres negras e periféricas. Sabe-se que fomos o último país a abolir a escravidão e com isso, o racismo acaba sendo um fenômeno sistêmico que estrutura a sociedade (RIBEIRO, 2019), não se tratando somente de um ato ou conjuntos de atos, mas sim de um processo de subalternidade e privilégios distribuídos entre grupos raciais sendo reproduzidos em diversos âmbitos (ALMEIDA, 2019), fazendo com que pessoas negras não

sejam consideradas dignas de direitos, mas sim uma mão de obra barata servindo somente para enriquecer e aumentar os abusos do sistema capitalista e por isso a população negra tem a maior taxa de mortalidade, maior taxa de pobreza e menor índice de acesso a educação.

A pesquisa neste trabalho se baseia nos dados publicados pelo IPEA - Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, que demonstram a ineficiência das leis contra a violência de gênero, quando nos traz que 66,4% de homicídios contra mulheres no ano de 2022 foi de mulheres negras, outro número assustador é o de que a taxa de mortalidade de mulheres não negras é de 2,5, enquanto a de mulheres negras é de 4,2, ou seja, as mulheres negras tem 1,7 vezes mais chances de morrer, partindo desse pressuposto que pode-se observar a ineficácia na aplicabilidade das leis e a invisibilidade da mulher negra perante o Estado, que deveria garantir a sua dignidade humana.

O trabalho teve como delineamento uma pesquisa bibliográfica qualitativa, descritiva e exploratória. A partir dos dados apontados do IPEA sobre a violência contra as mulheres e as mulheres negras, bem como acerca do feminicídio, no ano de 2024, partiu-se para um referencial de análise por meio de uma abordagem discursiva e textual, baseando-se na interpretação e descrição dos dados apresentados. Esse processo envolve a ressignificação de significados, utilizando uma investigação que promove a crítica, levanta questionamentos, desvenda aspectos ocultos e busca compreender diferentes perspectivas. (MEDEIROS; AMORIM, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o último Atlas da Violência divulgado em 2024 pelo IPEA, mais de 48 mil mulheres foram assassinadas[4] no Brasil na última década (2012 - 2022). Quando analisamos esses dados de forma mais detalhada e os vemos por estados, percebe-se que Roraima, Rondônia e Mato Grosso, tiveram aumentos de 52,9%, 20% e 31,9% respectivamente, em relação ao ano de 2021.

No ano de 2022 cerca de 3.806 mulheres morreram vítimas de violência de gênero, e as mulheres negras são 66,4%, ou seja, 2.526 mulheres negras foram assassinadas. A partir

[4] Para entender o que influencia na morte letal contra as mulheres, é analisado onde elas acontecem. Geralmente, os homicídios que acontecem dentro de casa, são cometidos por pessoa conhecida da vítima e como os dados SIM não diferenciam feminicídios de outros homicídios, no Atlas da Violência foi utilizado uma “proxy” para identificar como feminicídio, mas utilizando o número de homicídio de mulheres dentro de suas residências.

destes dados, percebe-se que as mulheres negras têm 1,7 vezes mais chances de serem mortas pela violência de gênero.

Analisando os dados do país, as taxas da última década diminuíram 25% para mulheres negras e 24,2% para mulheres não negras. Mesmo com a diminuição de assassinatos de mulheres, a mulher negra sempre tem a maior quantidade de mortes do que a não negra. Em contrapartida à baixa da taxa de mortes no país, os dados por estados, demonstram aumento nas taxas de mortes de mulheres negras, como: Ceará com 100% de aumento, Piauí 4804%, Roraima 31,8%, Rio Grande do Norte 16,3%, Maranhão 11,4%, Rondônia 10,3%, Mato Grosso 7,8% e Rio Grande do Sul 2,3%.

O número de agressões contra mulheres também é alarmante, somando 221.240 mil no ano de 2022, sendo 144.285 sendo agressão doméstica, e desse número, 36,7% trata-se de violência física, ou seja, 51.407 casos, enquanto 31,1%, as vítimas relatam ser mais de uma forma de violência, negligência vem logo em seguida, com 11,9% dos casos, a violência psicológica com 10,7%, violência sexual 8,9% e outras formas de violência 0,7%. Dos casos registrados, 81% deles foram nas residências e em seguida a via pública com 6,1%.

De acordo com os dados de 2022 sobre violência doméstica e intrafamiliar contra mulheres, as mulheres negras fazem parte de 58,2% dos casos, 39,8% mulheres não negras e 2% são amarelas e indígenas. Neste cenário a mulher negra também é maioria nas taxas, e sofre mais com os diversos tipos de violências existentes.

A Violência Contra Mulheres Negras e Periféricas e o Descaso do Estado

O Brasil dispõe de diversos programas, redes de serviço, políticas e leis voltadas para o enfrentamento a violência de gênero, como a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha que tem como objetivo coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e, ainda, a Lei 13.104/2015, que prevê o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio quando cometido contra mulher por conta do seu gênero, e o torna também como crime hediondo.

Observando os números apresentados, conseguimos identificar que mesmo com todos os mecanismos que objetivam proteger as mulheres da violência de gênero, esses mesmos mecanismos não são capazes de proteger a mulher negra devido a complexidade das violências que elas sofrem, que acabam sendo negligenciadas por conta do racismo, e o Estado é totalmente responsável, ficando evidente a falta de equidade na aplicabilidade

quando as leis alcançam somente a parcela de mulheres brancas da sociedade, e a garantia dos direitos não chega às mulheres negras, que são quem mais sofrem com a violência de gênero (Werneck; Iraci, 2016).

As evidências apresentadas reforçam ainda mais a necessidade de políticas públicas que entendam a intersecção entre raça, gênero e classe e busquem métodos para que sejam aplicadas e que realmente protejam não só a população de mulheres brancas, mas também as mulheres negras e periféricas do nosso país de forma efetiva, garantindo os direitos básicos a essas mulheres. E no que tange a interseccionalidade é preciso entender que ações e as próprias políticas produzem opressões que se manifestam através de “sistemas de subordinação”, onde o racismo, o patriarcado e outras opressões e discriminações geram desigualdades e estruturam posições relativas de forma que ocorra um desempoderamento entre mulheres, raças, etnias e classes (CRENSHAW, 2002), por este motivo são necessárias leis específicas, que observem todos esses fenômenos e particularidades.

A falta de acesso aos programas que o Estado dispõe, aumenta a vulnerabilidade da mulher negra, não tendo acesso a serviços básicos como creches, delegacias especializadas e transporte público. Além disso, o judiciário faz distinção entre mulheres brancas e mulheres negras, conforme a Ministra Vera Lúcia Santana Araújo, que foi a primeira mulher negra indicada para a vaga no Tribunal Superior Eleitoral do Distrito Federal, em uma entrevista concedida em 2023 a plataforma de notícias Brasil de Fato, destaca: "Há um menor deferimento das medidas protetivas para mulheres negras em relação às brancas. O sistema de justiça faz um filtro racial para proteger ou não as mulheres e por isso somos mais agredidas e morremos mais".

A criação de leis e dispositivos que buscam coibir a violência de gênero e proteger as mulheres foi, sem dúvidas um marco, mas quando falamos em mulheres negras, não vemos o racismo como um agravante, o recorte racial não foi pensado quando as leis foram criadas, resultando em uma aplicação seletiva, e quando conseguem denunciar a violência sofrida há o processo de revitimização, onde são desacreditadas e submetidas a questionamentos desproporcionais e desrespeitosos (SILVA, 2022).

O fortalecimento das instituições que alcancem todas as mulheres é de suma importância para ter os princípios constitucionais garantidos, além de entender os direitos das mulheres como direitos humanos, mas não se pode universalizar e generalizar as mulheres, é preciso enxergar ainda, o racismo estrutural como um dos principais fatores da violência contra a mulher negra:

> [...] como é possível que o racismo,a discriminação racial e a violênciaracial permaneçam como tema periférico no discurso, na militância e em boa parte das políticas sobre a questão da violênciacontraa mulher? Só podemos atribuir isto à conspiração de silêncio que envolve o tema do racismo em nossasociedade e àcumplicidade que todos partilhamos em relação ao mito da democracia racial e tudo o que ele esconde.Historicamente,as políticas públicas para mulheres no Brasil partem de uma visão universalista e generalizante de mulher,incapaz desse simples questionamento, afinal que cara têm as mulheres deste país? (CARNEIRO, 2003, p. 15-16).

A Influência do Racismo na Mortalidade de Mulheres Negras

A realidade das mulheres negras é marcada pela desigualdade de raça, gênero e classe, e essas intersecções impactam diretamente na sua condição de vida. A população negra é afetada também materialmente, quando estes encontram-se nos piores indicadores sociais, acaba por ser o racismo quem determina as relações sociais e econômicas (Almeida, 2018).

A desigualdade racial e de gênero no cenário econômico também inferioriza as mulheres negras, que se veem dependentes financeiramente dos seus parceiros, aumentando sua vulnerabilidade à luz da violência de gênero (Sampaio, 2024). É possível, portanto, reconhecermos que há diferentes vivências, opressões e violências sofridas entre uma mulher negra, um homem negro e uma mulher branca.

O racismo é a expressão violenta da raça, enquanto a raça é uma inventada hierarquização de corpos entre humanos e não-humanos (Fanon, 2008). Esta formação social foi herdada do colonialismo e resultou na colonialidade, forma de poder que perpetua as situações coloniais na atualidade.

Atrelado a esta violência está a herança colonial e racista da desigualdade econômica. A população negra foi abandonada a própria sorte com o fim da escravidão, sem rumo, sem direitos respeitados. Ou seja, foram largados a sós sem acesso à escolarização, à moradia, à alimentação e ao trabalho. O que restou foi aceitar trabalhos precarizados para conseguir vestuário, alimentação e construir um barraco como moradia. Não aconteceu uma “alteração substancial [...] na profunda assimetria das relações entre brancos e negros, nem uma incorporação maciça dos negros à economia baseada em mão de obra assalariada” (Saffioti, 2013, p. 230).

Por fim, o expressivo aumento de mortes de mulheres negras por feminicídio evidencia que este é influenciado não só por questões de gênero, mas também por fatores de raça e classe. O racismo estrutural desempenha um papel crucial nas mortes destas mulheres, as impactando

de forma desproporcional, em uma sociedade ainda marcada por resquícios colonialistas (Silva, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados e discussões apresentados acerca da violência de gênero e o racismo estrutural, bem como a ineficácia do Estado perante a problemática da violência de gênero com mulheres negras, fica evidenciado a importância de uma perspectiva interseccional na leitura e análise do fenômeno, levando em consideração raça, classe e gênero para que a aplicação de leis se torne efetiva.

É fundamental que a violência de gênero contra a mulher negra seja pauta de ações que abordem também o racismo estrutural, promovendo inclusão social e econômica destas mulheres, dando a elas oportunidade e acesso para que consigam sair do ciclo de violência.

O tema explanado está longe de se esgotar, pois para que se tenha leis e proteção do estado enquanto garantidor dos direitos, é preciso demonstrar a importância da mulher negra, provocar o poder judiciário para que acolha essas mulheres e ofereça a elas o suporte necessário, para que as taxas de mortalidade diminuam, e que os índices de mortes de mulheres negras vítimas de violência de gênero se equiparem às taxas de mulheres não negras, e somente assim estaremos no caminho certo na luta contra a violência de gênero e o racismo estrutural.

REFERÊNCIAS

ARANTES, R. F. de M. *Meditações sobre feminismos, relações raciais e lutas antirracistas.* Recife: SOS Corpo, 2018.

BERNARDES, M. N. Questões de raça na luta contra a violência de gênero: processos de subalternização em torno da Lei Maria da Penha. Revista Direito GV, v. 16, n. 3, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 7 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher , nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção de Belém do Pará; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 22 de fev. de 2025.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o Código Penal para incluir o feminicídio como circunstância atualizada do homicídio e o inclui no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 22 de fev. de 2025

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir da perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS;TAKANO CIDADANIA (org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro:Takano, 2003

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2024. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031

CISNE, M.; ARAÚJO, N. da S. Colonialidade e violência contra as mulheres negras no Brasil: uma análise feminista decolonial. Tensões Mundiais, *[S. l.]*, v. 17, n. 33, p. 349–370, 2021. DOI: 10.33956/tensões mundiais.v17i33.2789. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/2789. Acesso em: 16 abr. 2025.

COLLINS, Patricia H. 2002. Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. 2. ed. Nova York: Routledge

CRENSHAW, Kimberlé. 2002 Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas. https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

PIRES, T. Mulheres negras e periféricas são as principais vítimas de feminicídio no Distrito Federal. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/03/08/mulheres-negras-e-perifericas-sao-as-principais-vitimas-de-feminicidio-no-distrito-federal/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

RIBEIRO, Djamila**.** *Pequeno manual antirracista.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Mariana Gonçalves de Souza et al. A sobrevitimização da mulher negra pelo Sistema Penal Brasileiro: uma análise a partir de estudo de caso de audiência de instrução e julgamento no crime de estupro. 2022. Disponível em: http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/15776. Acesso em: 23 fev. 2025.

Violência contra mulheres negras: a invisibilidade que mata. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/violencia-contra-mulheres-negras-a-invisibilidade-que-mata/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

Violência por Parceiros Íntimos (Do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, P 87-121, 2002, Etienne G. Krug, Linda L. Dahlberg, et al., eds. -- Veja NCJ-197425) . Disponível em: https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/violence-intimate-partners-world-report-violence-and-health-p-87>. Acesso em: 23 fev. 2025.

WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza. A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e visibilidade. São Paulo: Geledés – Instituto da Mulher Negra; Rio de Janeiro: Criola – Organização de Mulheres Negras, 2016.